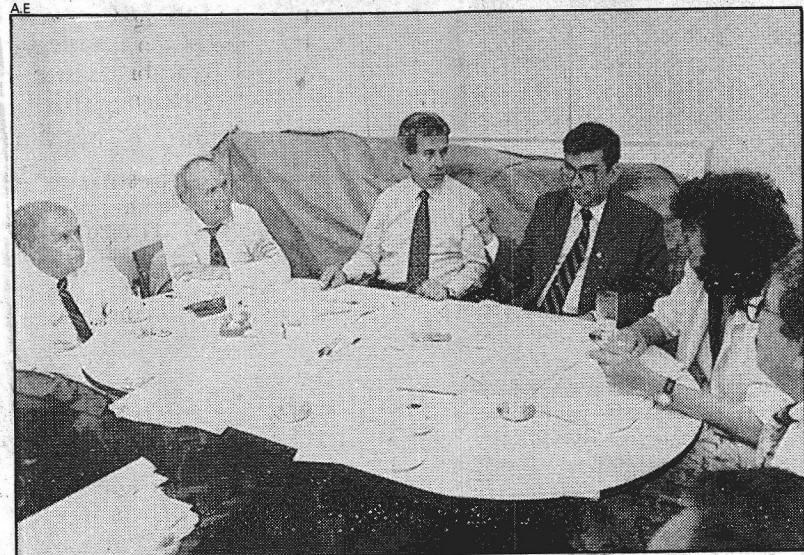


Relatório do TCU complica Raunheitti

Rio — O relatório que seis parlamentares da subcomissão de subvenções sociais receberam ontem, no Rio, de auditores do TCU Regional, compromete definitivamente o deputado federal Fábio Raunheitti (PDT-RJ), que deverá depor amanhã na CPI do Orçamento. O documento com às conclusões parciais sobre entidades fluminenses contempladas com verbas de subvenções do Ministério do Bem-Estar Social aponta a ligação direta e de parentes do deputado com pelo menos nove entidades, a maioria situada em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, que abocanharam 14,524 milhões de dólares entre 1989 e 1992.

Os 22 auditores do TCU-RJ, divididos em 11 equipes e ajudados por fiscais da Receita Federal, identificaram, em menos de uma semana de trabalho, uma série de irregularidades nessas entidades, entre as quais emissão de notas fiscais frias, desvio de finalidades, CGCs repetidos, lucros proibidos a instituições filantrópicas, bolsas de estudos dadas a filhos de diretores das faculdades beneficiadas e repasse das verbas de boa parte das entidades para uma mesma empresa, a Sociedade de



Membros da CPI reúnem-se com auditores: irregularidades provadas

Ensino Superior de Nova Iguaçu (Sesni), presidida por Fábio Gonçalves Raunheitti, filho do deputado.

As nove entidades que o TCU já descobriu como tendo ligações com Raunheitti são: Sesni, Hospital Escola São José, Instituto de Desenvolvimento Organizacional, Faculdade de Direito de Nova Iguaçu, Faculdade de Filosofia e Letras de Nova Iguaçu, Faculdade de Ciências Médicas de Nova Iguaçu, Sociedade de Proteção à Infância e Maternidade de Mesquita, Sociedade Educacional Santa Rita e Sociedade de Proteção à Infância e à Maternidade de Bom Jesus de Itabapoana.

Segundo o coordenador da subcomissão de subvenções sociais, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), as mesmas

pessoas aparecem respondendo juridicamente por essas entidades. Fábio Raunheitti, o filho, é presidente do Sesni, do Hospital Escola São José e da Faculdade de Direito. O sobrenome Raunheitti é uma constante nas diretorias das nove entidades. Até os funcionários são os mesmos.

O esquema era simples, segundo explica o deputado Vitaldo Barbosa (PDT-RJ), membro da subcomissão: "Graças a sua ligação com a máfia do orçamento, Raunheitti conseguia incluir na lista do anão João Alves (PPR-BA) ao ministro do Bem-Estar Social seu pleito de subvenções. O Sesni, espécie de sede da holding que administrava o dinheiro, recebia, além das subvenções diretas a ela, repasses das outras oito entidades ligadas ao deputado.